

JUDICIÁRIO

Beija-mão no dia seguinte

Agora 11º ministro do STF, André Mendonça esteve na Corte com o presidente Luiz Fux e se encontrou com Jair Bolsonaro. Posse será dia 16

» LUANA PATRIOLINO

O novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça teve, ontem, um dia de visitas de agradecimentos, 24h depois de receber o aval do Senado para assumir a 11ª cadeira na Corte. O ex-advogado-geral da União esteve no gabinete do presidente da Corte, Luiz Fux, para uma reunião de portas fechadas. O encontro começou por volta de 13h e durou cerca de uma hora. Na saída, ambos não falaram com a imprensa, mas foi confirmado que Mendonça tomará posse no STF em 16 de dezembro.

Mais cedo, o novo ministro foi até o Palácio do Planalto para "dar um abraço" no presidente Jair Bolsonaro — mas não o encontrou, pois estava em agenda no Rio. Mas, no meio da tarde, conseguiram se reunir, conforme registrou o líder do governo

na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em seu Twitter.

Indicado para assumir a cadeira deixada em julho devido à aposentadoria de Marco Aurélio de Mello, Mendonça foi sabatinado na última quarta-feira por mais de oito horas. Seu nome foi aprovado no plenário do Senado por 47 votos a favor, seis a mais do que o mínimo necessário.

Ele herdará mais de 900 processos que estavam sob relatoria de Marco Aurélio de Mello. Mendonça deverá participar de julgamentos sobre temas considerados polêmicos, que abordam questões como o bloqueio de perfis de apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais e a prisão após condenação em segunda instância.

Previsível

A sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi

considerada "previsível" pelos senadores. Deu respostas bem ensaiadas sobre temas incômodos para o bolsosarismo, como casamento homoafetivo, democracia, posse e porte de arma, Lei de Segurança Nacional e questões LGBTQIA+.

O questionamento feito sobre casamento homoafetivo foi o que, supostamente, causou algum desconforto. Mas, segundo o deputado federal Sôstenes Cavalcante (DEM-RJ) — que é pastor evangélico como Mendonça — o novo ministro respondeu ao senador Fabiano Contarato (Rede-ES) de forma a não se comprometer com o tema.

"É dever de qualquer ministro do STF ser guardião da Constituição. O ministro não tem o dever de defender o que não está no texto constitucional", explicou o parlamentar. **(Colaborou Ingrid Soares)**

» Norma do TCU barra Bezerra

O Tribunal de Contas da União aprovou, na última quarta-feira, resolução vetando a nomeação à Corte de indicados que respondam a ação penal por crime doloso contra a administração pública ou a ação por improbidade administrativa. Na prática, a resolução impede que o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que é candidato à vaga do ministro Raimundo Carreiro, tenha condições de sucedê-lo. Carreiro deixará o cargo para assumir como embaixador do Brasil em Portugal. Já Bezerra é réu em ação de improbidade administrativa no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Guedes perdeu o rumo, mas ninguém tem uma alternativa

A desaceleração global da indústria e a redução do preço das commodities pode provocar uma tempestade perfeita no Brasil, se a economia brasileira continuar fora de controle e desacelerando. Na prática, o único instrumento disponível para evitar uma explosão dos preços é a alta dos juros. O ministro da Economia, Paulo Guedes, perdeu a credibilidade e a economia está ancorada apenas na política monetária, ou seja, na ortodoxia do Banco Central (BC).

Os números divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o Brasil está vivendo uma "recessão técnica", puxada pelo agronegócio — pasmem! —, que teve uma queda de atividade de 8% no terceiro trimestre de 2021. O PIB variou -0,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A Indústria ficou estável (0,0%) e os Serviços subiram (1,1%). No setor externo, tanto as exportações de bens e serviços (-9,8%) quanto as importações de bens e serviços (-8,3%) tiveram quedas em relação ao segundo trimestre de 2021. Mesmo assim, o PIB cresceu 4,0% frente ao mesmo período do ano passado.

É aí que mora o perigo, por causa da falta de compromisso com o equilíbrio fiscal e o auto-engano do governo em relação ao desempenho da economia, haja vista o baluartismo do presidente Jair Bolsonaro nas viagens que fez à Itália e aos Emiratos Árabes. O PIB desse ano deve crescer 5%, mas esse crescimento é relativo ao desempenho da economia no ano passado, quando a recessão foi de -4,1%, a pior retração em 24 anos. Ou seja, estamos diante de um "voo de galinha", que pode virar um mergulho no mar de incertezas de 2022.

Enquanto a política segue seu curso intangível, sem previsibilidade do que vai ocorrer nas eleições presidenciais do próximo ano, o debate eleitoral que se avizinha, pelas manifestações dos pré-candidatos até agora, não é nada animador. Ninguém tem uma proposta clara para a economia, e as narrativas predominantes, tanto no governo quanto na oposição, são de viés populista, sem nenhum compromisso com o problema fiscal nem uma chave realista para a retomada do crescimento.

A principal causa de revisão das expectativas para o PIB em 2022 é a inflação, que deve obrigar o Banco Central a subir ainda mais os juros, com efeito negativo sobre o consumo das famílias e o investimento das empresas. O mercado financeiro está prevendo uma inflação de 8,4% em 2021. O PIB do próximo ano foi revisado de 1,7% para 1,3%.

Incertezas eleitorais
Mesmo com o novo Auxílio Brasil, viabilizado ontem pela aprovação da PEC dos Precatórios no Senado, a renda das famílias deve crescer 1,5%. A taxa de desemprego para o próximo ano deve chegar aos níveis pré-pandemia somente em 2023. Além disso, haverá uma acomodação de preços das commodities, principalmente de minérios, além de redução das exportações para a China. O espetacular crescimento do superávit da balança comercial, que foi de US\$ 76,6 bilhões em 2021, deve desacelerar em 2022, ficando em US\$ 74,1 bilhões.

É aí que a questão eleitoral ganha contornos dramáticos. O processo eleitoral é um fator de incertezas para o mercado financeiro. Ao mesmo tempo, é a travessia a ser feita, porque um novo governo terá credibilidade para adotar medidas econômicas e tirar a economia da estagnação. O problema é que todos os candidatos estão fugindo do debate econômico; apenas emitem sinais de fumaça, quando indicam um porta-voz econômico — como fez o ex-ministro Sergio Moro ao indicar Antonio Celso Pastore para comandar seu programa econômico — ou lançam propostas que miram muito mais os interesses corporativos do que, propriamente, uma saída da crise — como fez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar dos preços dos combustíveis e da Petrobras.

O único candidato que tem propostas claras e conhecidas para a economia é Ciro Gomes (PDT). Mas o ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco nas eleições de 1994 não tem a simpatia do mercado financeiro. Com prefácio do Roberto Mangabeira Unger, seu livro *Projeto Nacional, o Dever da Esperança* propõe a retomada do percurso inaugurado pela Era Vargas e interrompido no início da década de 1980. "O neoliberalismo nos trouxe até aqui. Mas não nos tirará daqui", avalia. Acontece que o nacional-desenvolvimentismo é considerado um modelo esgotado pela globalização.

XVII Fórum Jurídico (on-line)






Participação especial
Txaí Suruí

Etnia Paeter Suruí, Estudante de Direito, Ambientalista que discursou na abertura da 26ª COP26, em Glasgow, na Escócia. Atua no Núcleo Jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental-Kanindé para povos da Amazônia. Criadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia



A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

6 de dezembro de 2021 - 9h

Justa homenagem ao saudoso Desembargador, Jurista, Ambientalista e Professor **Eladio Luiz da Silva Lecey**



PALESTRANTES CONVIDADOS

ABERTURA: Ministro do STJ, Dr. Herman Benjamin - A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Povos das Florestas, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Ministro do STF, Dr. Carlos Ayres Brito - O Direito Fundamental da Posse Imemorial dos Povos Indígenas no Brasil, sem barreiras do marco temporal

Líder das Causas Indígenas no Brasil, Txaí Suruí - A Proteção dos Povos Indígenas e dos Ecossistemas da Amazônia, no Brasil, para o Desenvolvimento Sustentável do Planeta

Promotora de Justiça no Estado do Pará, Dra. Eliane Moreira - A proteção da Amazônia e o Poder Judiciário

Procurador Regional da República, Dr. Felício Pontes - O Direito Fundamental ao Território das Comunidades Quilombolas no Brasil

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA


Desembargador Federal Souza Prudente (Diretor da Esmaf)

Desembargador Federal Wilson Alves de Souza (Vice-diretor da Esmaf)

Juiz Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos (Coordenador Pedagógico da Esmaf)

MEDIADORA TEMÁTICA

Desembargadora Federal Mônica Sifuentes



www.youtube.com/c/ESMAFTRF1aRegião

* Não há necessidade de inscrição prévia
* Link para emissão de certificado durante transmissão

Informações pelo e-mail: esmaf@trf1.jus.br